

GLOBALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO*

Rogério Luis Reolon Anése**

RESUMO: Nos últimos anos, a economia mundial passou a conviver com dois processos aparentemente contraditórios: a globalização e a regionalização. O presente artigo investiga esses dois fenômenos do ponto de vista do comércio internacional e seus desdobramentos recentes.

Palavras-chave: globalização; regionalização; economia mundial.

1 Introdução

Nos últimos anos, o comércio internacional e as relações entre as nações têm se configurado com base em dois fenômenos aparentemente recentes. Por um lado, a expansão do comércio de bens e serviços, a expansão dos capitais financeiros e produtivos e a crescente interdependência entre os países ganharam a denominação de globalização. Por outro, uma tendência à aproximação e intercâmbio entre países vizinhos, através de zonas de preferências comerciais e processos de integração econômica, denominou-se regionalização.

Os fenômenos são aparentemente recentes, mas, na verdade, tanto um como outro já existiam há décadas, embora só se tornassem latentes após a crise do petróleo, na década de 70, e se intensificaram após o fim da Guerra Fria, nos anos 80.

A regionalização data a sua primeira experiência por volta de 1834, com a chamada *Zollverein* (união aduaneira) e serviu de base para a unificação da Alemanha por Otto von Bismark (Ethier, 1988). Entretanto, após a II Guerra Mundial é que o processo de

* Este artigo é uma adaptação do Capítulo II da Dissertação de Mestrado do autor, defendida em 1998, no PIMES/UFPE.

** Mestre em Economia pelo PIMES/UFPE e Professor da URI-Campus de Santiago/RS.

regionalização tomou novo impulso, com a assinatura do Tratado de Roma, em 1957, quando foi criada a Comunidade Européia.

Após esse período, vários processos de integração regional tiveram início nos diversos continentes, destacando-se a intensificação do processo de integração européia e as diversas tentativas ocorridas na América, principalmente a Latina.

Quanto à globalização, ela pode ser vista como a continuidade do processo de internacionalização do capital intensificado após a II Grande Guerra, através das empresas multinacionais que se expandiram baseadas nos modelos “fordista” e “taylorista” de produção, utilizando plantas produtivas fixas. Hoje, as empresas usam sistemas flexíveis de produção, dentro de um novo paradigma tecnológico, que serve de motor para a globalização (Presser, 1995).

Este artigo constitui-se de três partes: a primeira trata da globalização individualmente, a segunda faz referência à regionalização ou integração econômica e a terceira apresenta as conclusões pertinentes da discussão.

2 A chamada globalização

A economia mundial apresentou um crescimento espetacular no pós-guerra, estendendo-se até o início da década de 70, graças ao grande avanço tecnológico ocorrido nesse período. Entretanto, com a crise energética dos anos 70, o modelo de produção até então vigente mostrou sinais de esgotamento, começando, assim, um processo de reestruturação tecnológica e produtiva na economia mundial.

Outra decorrência da crise energética dos anos 70 foi tornar aparente a interdependência entre as economias que, sem exceção, sentiram os reflexos da crise em magnitudes proporcionais à sua estrutura produtiva, dependência da importação de petróleo e grau de abertura comercial (Bodemer, 1994).

Esse novo cenário internacional, com economias cada vez mais interdependentes, passou a ser chamado de globalização, e seu significado muda conforme a área da ciência que se está estudando. Para nossos propósitos, usaremos a definição de Presser (1995), que diz que a globalização é o processo em que as empresas se estruturam de forma a ampliar e tornar mais complexas suas operações para que possam produzir de maneira mais competitiva e vender seus bens e serviços num mercado mais aberto e ampliado ¹.

A globalização apresenta características importantes quanto à relação entre as nações, dentre as quais podemos destacar a perda do poder dos governos nacionais, o predomínio dos regimes multinacionais, dos bancos e consórcios transnacionais.

Esse processo se concretiza hoje graças à expansão do comércio internacional, que, entre 1946 e 1985, teve seu volume multiplicado por nove. O aumento do comércio está associado à queda significativa das barreiras tarifárias entre os países, com a participação direta do GATT e, mais recentemente, da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Para se ter uma idéia do avanço ocorrido nas práticas do livre comércio, entre a primeira rodada de negociações sob a tutela do GATT, em Genebra, no ano de 1947, e a rodada de Tóquio, em 1979, as tarifas dos EUA declinaram quase 92%. Ao se iniciar a rodada do Uruguai, em 1987, a média das tarifas dos EUA era 4,9%, a da Comunidade Européia, 6,0%, e a do Japão, 5,4% (Melo e Panagariya, 1995).

O GATT, como uma agência multilateral, desempenhou papel importante, apoiado em seus princípios básicos de não-discriminação, reciprocidade e transparência (Williamson e Milner, 1991), na redução das barreiras tarifárias e no estabelecimento do livre comércio entre os países. O livre comércio é considerado uma

¹ Outras definições podem ser encontradas em Araujo Jr. (1993) e Ianni (1996).

situação de eficiência paretiana, pois é mutuamente benéfico ou, no mínimo, melhora a posição de um país sem piorar a dos demais (Krugman e Obstfeld, 1991).

Todavia, não foi só a expansão comercial que determinou o processo de interdependência entre os países. Também ocorreu, nesse período, a internacionalização do capital; num primeiro momento, do capital produtivo e, mais recentemente, do capital financeiro.

A internacionalização do capital produtivo ocorreu com as empresas multinacionais, que se expandiram em busca de novas alternativas de investimentos e lucratividade. O capital financeiro, através de bancos e corretoras, migrando de país em país, em busca de maior rentabilidade e segurança, é facilitado hoje pelo avanço dos sistemas de comunicação, que se tornaram mais ágeis e seguros.

A interdependência mundial tornou as economias mais abertas, mas também mais instáveis, ou seja, suscetíveis a crises externas, já que as políticas econômicas de cada país reduzem a eficácia à medida que os estados nacionais ficam enfraquecidos.

Entretanto, apesar da crescente globalização dos mercados e da queda significativa das barreiras tarifárias, surgiram novas formas de proteção, através das barreiras não-tarifárias. São elas: certificados de origem, certificados de qualidade, proteção *antidumping*, incentivo às exportações, entre outras.

A proteção com base em barreiras não-tarifárias passou a se chamar de o “novo protecionismo”, em contraste com o velho protecionismo, que se baseava nas tarifas alfandegárias e cotas de importações (Williamson e Milner, 1991).

Essa nova situação que se apresentou nas relações comerciais passou a ditar uma nova postura dos países, que partiram para acordos bilaterais ou grupais, indo de encontro à política liberalizante

do GATT. A realidade que se criava ficou conhecida como regionalismo ou regionalização da economia.

Porém, não foi só o “novo-protecionismo” que levou à regionalização ou à criação de blocos regionais de comércio. Esse processo envolve uma quantidade maior de causas, que serão discutidas a seguir, bem como suas conseqüências sobre a economia mundial.

3 Regionalização ou integração econômica

Concomitantemente com o processo de globalização e aprofundamento das relações comerciais ocorridas na economia mundial, conforme discutido anteriormente, observou-se uma crescente tendência à aproximação de países através de acordos regionais de comércio.

Esses acordos reúnem um pequeno grupo de países que adota um procedimento de comércio comum entre si e diferente com o resto do mundo. Ou seja, dentro do bloco, temos uma situação de livre comércio e discriminação com o resto do mundo (Swann, 1988). Entretanto, essas áreas obedecem às regras do sistema multilateral do GATT e variam entre um “multilateralismo proclamado” e um “minilateralismo relativo”.

Então, a grande discussão é se a regionalização é contrária ao multilateralismo ou se esses dois fenômenos são complementares, ou seja, se a regionalização conduzirá a economia mundial a uma maior abertura, aproximando-se do livre comércio universal como teorizado por muitos de seus defensores.

Florêncio e Araújo (1995) destacam que existe uma complementaridade entre regionalização e globalização, uma vez que os países envolvidos num processo regional terão maior facilidade de enfrentar a concorrência internacional ou, conforme suas palavras:

A regionalização é uma globalização em miniatura. Cada processo de integração regional reproduz, num espaço mais

restrito, mas, com maior veemência, as principais características da globalização. (...) Um país que se engaja em um processo de integração torna-se mais apto a participar do processo de globalização. (p. 81)

Por outro lado, se observarmos que existe uma discriminação tarifária entre membros e não-membros do bloco, não teremos aqui mais um ótimo de Pareto, pois a situação de um melhora, piorando a de outros (Chacholiades, 1990).

Nessa mesma linha de raciocínio, temos o argumento de Swann (1988), que afirma que uma união alfandegária não é um caso de livre comércio universal, pois representa livre comércio dentro de um bloco e discriminação contra o resto do mundo.

Devemos considerar que, apesar das controvérsias em torno dos blocos comerciais, existem tentativas de formá-los em todo o mundo. Em alguns casos, o processo é antigo e encontra-se hoje em fase adiantada (p. ex.: União Européia); outros, mais recentes, estão em franca expansão.

Podemos então dividir o processo de integração em dois momentos históricos distintos: um primeiro, iniciado na década de 60, primeiramente na Europa e, posteriormente, na América Latina, conhecido como “velho regionalismo”; e um segundo, intensificado na década de 80, nos diversos continentes, conhecido como “novo regionalismo” (Melo e Panagariya, 1995).

O “velho regionalismo” começou na Europa, com o objetivo de evitar que surgisse novamente o nacionalismo exacerbado que levou à II Guerra Mundial. Em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma, criou-se a Comunidade Européia ², tendo como precursora a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (1951), e inspirada na Convenção BENELUX de 1944, que formou uma União Aduaneira entre a Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos.

² A Comunidade Européia dos 12 é formada por: Alemanha Ocidental, Itália, França, Dinamarca, Irlanda, Luxemburgo, Grã-Bretanha, Grécia, Espanha, Portugal, Países Baixos e Bélgica.

Na América Latina, através das discussões da CEPAL, iniciou-se uma tentativa de integração na década de 60. Tal iniciativa surgiu do fato de os países latino-americanos acharem-se enfraquecidos nas relações comerciais com os países desenvolvidos, uma vez que estes exportavam produtos industrializados e aqueles produtos primários. E, conforme observou Prebisch, havia um fenômeno de trocas desiguais.

No caso da Europa, a integração foi intensificada, chegando hoje à condição de mercado comum e de união econômica. Já na América, o processo evoluiu lentamente, recomeçando na década de 80, tal como ocorreu com outros processos de integração pelo mundo.

Bhagwati (1995) argumenta que o regionalismo da década de 80 (novo regionalismo) se apresenta como uma alternativa ao multilateralismo, já que, com um número muito grande de países, e considerada a heterogeneidade entre eles, os acordos e negociações ficam enfraquecidos.

Além da razão acima apresentada, podemos destacar três outras razões para o novo regionalismo: a) novas formas de proteção, como o *antidumping*, apoio às exportações, etc.; b) declínio da dominância dos Estados Unidos; c) diferenças institucionais entre países.

Cabe destacar, dentre as razões apresentadas, que a questão do "novo protecionismo" dificultou a atuação dos organismos multilaterais e acabou criando um clima propício para os acordos bilaterais ou com um número reduzido de países. As novas práticas protecionistas foram uma consequência da crise econômica mundial da década de 70 e do esgotamento do paradigma tecnológico até então vigente. A perda do predomínio econômico dos EUA no cenário mundial tem importância relevante, pois este país, como a maior potência industrial do planeta, conseguiu conduzir um processo de abertura e redução de tarifas na direção do livre comércio, no pós-guerra.

Entretanto, com a crise econômica e ameaçados pela concorrência, principalmente da União Européia e países orientais, os EUA, até então contrários ao fenômeno da formação de blocos regionais de comércio, propuseram a criação de uma Zona Hemisférica de livre comércio e mais tarde concretizaram o NAFTA, envolvendo o Canadá e o México.

A principal característica de acordos regionais de comércio é a proximidade geográfica e cultural, além da semelhança econômica. Salvo raras exceções, como é o caso do NAFTA, os acordos para a criação de blocos regionais de comércio tendem a envolver apenas países que têm uma base econômica e cultural semelhantes.

A proximidade geográfica se explica pelo fato de os custos de transportes serem reduzidos consideravelmente, o que diminui o preço dos produtos e serviços, fazendo com que os consumidores sejam beneficiados. Quando são estudados os modelos de comércio internacional, os custos de transportes são ignorados, mas, no caso de uma integração, eles são levados em consideração como vantagem para quem dela participa (Winters, 1994).

4 Conclusão

Globalização e regionalização são dois processos recentes na economia mundial. A primeira começou com a abertura econômica, através da queda das tarifas alfandegárias e restrições de comércio; posteriormente, atingiu a liberalização do capital industrial através de investimentos diretos e indiretos com as empresas multinacionais ou transnacionais e se consolidou, nas últimas décadas, com a desregulamentação do mercado financeiro internacional, auxiliado pela expansão das comunicações.

Por seu turno, a regionalização surgiu primeiramente como estratégia para garantir a paz no continente europeu, após a II Guerra Mundial. Já na década de 80, ela surge como uma alternativa ao multilateralismo, que foi comprometido por uma certa

ineficiência dos organismos multilaterais, como o GATT, em resolver os problemas com as chamadas barreiras não-tarifárias.

A regionalização proposta hoje se baseia no princípio do desenvolvimento equilibrado entre as nações participantes, com acordos de cooperação mútua e fundos de compensação para os menos desenvolvidos do bloco ³, situações que estão ausentes numa globalização baseada apenas nas leis do mercado.

Além disso, num acordo de livre comércio, são eliminadas as barreiras entre os membros, como se houvesse uma globalização em miniatura que preparasse os envolvidos a enfrentarem a economia globalizada e os efeitos sobre a produtividade, competitividade, investimentos e economias de escala que um mercado ampliado e integrado provoca sobre as economias.

Assim sendo, as opiniões divergem sobre as vantagens da globalização e regionalização, mas ambos os processos são observados hoje no mundo, que parte para uma economia mais aberta e integrada, ou, como prega a CEPAL para a América Latina e Caribe, para um regionalismo aberto (CEPAL, 1994), no qual os países se integram não só de maneira regional, mas desfrutam dos ganhos advindos de uma integração generalizada.

Referências Bibliográficas

ARAUJO Jr., José Tavares. Reestruturação industrial e integração econômica: as perspectivas do MERCOSUL. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro. v. 47, n. 1, jan./mar. 1993.

BALASSA, Bela . **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Clássica Editora, 1961.

³ Basta observar o caso do Mercado Comum Europeu, que despendeu quantia considerável de divisas para poder colocar Espanha, Portugal e outros no patamar dos mais desenvolvidos.

- BHAGWATI, Jagdish. Regionalism and multilateralism: an overview. In: MELO, Jaime de, PANAGARIYA, Arvind (ed.). **New dimensions in regional integration**. New York: Cambridge University Press, 1995.
- BODEMER, Klaus. Los câmbios en el sistema internacional y sus efectos sobre América Latina. In: PLÁ, Juan Aglota (coord.). **O MERCOSUL e a Comunidade Européia: uma abordagem comparativa**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1994.
- CEPAL. **El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe**. Nações Unidas, Santiago de Chile, 1994.
- CHACHOLIADES, Miltiades. **International economics**. New York: McGraw-Hill, 1990.
- ETHIER, J. Wilfred. **Modern International Economics**. 2. ed. New York: W. W. Norton, 1988.
- FLORENCIO, Sérgio A. L., ARAÚJO, Ernesto H. F. **Mercosul hoje**. São Paulo: Alfa Omega, 1995.
- IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- KRUGMAN, Paul R., OBSTFELD, Maurice. **International economics: theory and policy**. 2. ed. New York: Harper Collins Publishers, 1991.
- MELO, Jaime de, PANAGARIYA, Arvind (ed.). **New dimensions in regional integration**. New York: Cambridge University Press, 1995.
- PRESSER, Mário Ferreira. Globalização e regionalização: notas sobre o Mercosul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, nov. 1985.
- SWANN, Denis. **The economics of the common market**. 6. ed. London: Penguin Books, 1988.

WILLIAMSON, John, MILNER, Chris. **The word economy:** a textbook in international economics. London: Harvester Wheatsheaf, 1991.

WINTERS, L. Alan. **International economics.** 4. ed. London: Routledge, 1994.